

Acerto de contas

Justiça decreta confisco dos bens de Paim

O empresário Assis Paim Cunha, 57 anos, tentava aparentar tranquilidade em seu escritório num velho prédio da Rua Marechal Câmara, no centro do Rio de Janeiro, mas era evidente que alguma coisa o perturbava na semana passada. Protagonista do maior escândalo financeiro da História da República, Paim tinha pelo menos um bom motivo para estar inquieto. A partir desta semana, a Justiça começará a confiscar os seus bens e os dos demais administradores do grupo Coroa-Brastel. Em junho de 1983, Paim e seus parceiros foram subitamente projetados ao centro das atenções como autores do golpe que mais prejuízos causou no mercado financeiro do país em todos os tempos — a emissão de letras de câmbio frias no valor de 520 milhões de dólares.

Passados dois anos e cinco meses, parece avizinhar-se agora o momento de quitar as contas. Um extenso elenco de oitenta itens do patrimônio pessoal de Paim lhe será tomado pela Justiça. Ali figuram apartamentos, terrenos, casas, automóveis e saldos bancários — bens que, até a semana passada, estavam apenas bloqueados. "Conseguimos avançar", anima-se a promotora de Justiça Cristina Caetano, 37 anos, curadora de Liquidações Extrajudiciais e incumbida de tocar o caso Coroa-Brastel. Em novembro do ano passado, a 6.ª Vara de Falências e Concordatas do Rio expedira uma ordem de apreensão dos bens, mas a determinação esbarrou numa teia de dificuldades que a promotora Cristina chegou a considerar quase intransponível. "Forças ocultas estavam impedindo o tráfego da Justiça", diz. "Felizmente tais forças começam a se dissipar."

CORREÇÃO DE ROTA — Paim procurava minimizar o caso na semana passada. "Juntando tudo, eles não vão arrecadar nem 500 milhões de cruzeiros", calcula. "O que irão fazer com isso? São casinhas velhas, terrenos sem nenhum valor que eu adquiri no início de minha vida." Para Paim, que se agarra à quimera de que o patrimônio de suas empresas supera o volume de suas dívidas, a apreensão de seus bens pessoais



Paim: oitenta bens tomados pela Justiça

decretada na semana passada não trará conforto nenhum aos 35 000 investidores portadores das letras frias despejadas pela Coroa no mercado. Três quartos dos aplicadores enterraram ali somas que, na época, não ultrapassavam 4 milhões de cruzeiros. Até agora, nenhum deles viu a cor de seu dinheiro. "A solução para os investidores está no Banco Central", diz Paim. "Ele tem em seu poder mais de 1 trilhão de cruzeiros em ativos das minhas empresas que me foram confiscados."

Nem assim a conta fecha — ao menos se prevalecer o parecer emitido pela promotora Cristina Caetano, segundo o qual os débitos de Paim têm de ser corrigidos. As leis que regulavam os processos de liquidação anteriores à triplíce quebra dos bancos Auxiliar, Comind e Maisonnave

estipulavam a correção dos ativos, mas congelavam os passivos. Contra essa distorção, francamente benéfica aos grupos quebrados e desastrosa para os credores, insurgiu-se na semana passada o presidente José Sarney. Ele determinou, mediante o recurso de um decreto-lei, que daqui por diante serão corrigidas também as dívidas das instituições liquidadas, mas não incluiu no pacote os processos em curso. A promotora Cristina não vê razão nenhuma para deixar o grupo Coroa-Brastel livre do acerto de rota imposto por Sarney e acredita ter boas chances de obter nos tribunais uma sentença nessa direção. "Temos de dar um basta na impunidade", diz.

BARULHO EM BRASÍLIA — Corrigidas, as dívidas do grupo alcançam a formidável cifra de 5,7 trilhões de cruzeiros em valores de hoje — mais da metade do buraco deixado na semana passada pelo Comind, Auxiliar e Maisonnave. Tão empenhado quanto a promotora na batalha pela correção das dívidas das empresas comandadas por Paim está o electricista aposentado Euclides Ribeiro de Souza, 57 anos. Souza preside uma entidade que dá bem o tom das dimensões do desastre da financeira: a Associação dos Investidores da Coroa. Nela estão congregados 200 desafortunados cidadãos que se deixaram seduzir pelas elevadas taxas de remuneração oferecidas por uma Coroa já desesperadamente necessitada de oxigênio para poder continuar a respirar.

Souza enterrou ali os 5 milhões de cruzeiros que amealhara em onze anos de aposentadoria. Essa cifra hoje equivale a 50 milhões de cruzeiros. São os 50 milhões que ele quer reaver, e não os 5. "Não desistirei jamais desta luta enquanto viver", promete o electricista. Por três vezes ele esteve em Brasília para tentar

arrancar das autoridades do Banco Central uma solução para os investidores fraudados e em todas voltou de mãos vazias. Souza acha que o Banco Central tem de arcar com um pedaço do rombo como preço de sua "incompetência" na fiscalização da financeira. Se até o final deste mês não for dada uma solução ao caso, ele promete fazer muito barulho em Brasília. "Vamos promover passeatas, xingar as autoridades e fazer o diabo até que resolvam o nosso problema", promete. "Alguma coisa vai ter que ser feita."



A promotora Cristina: esbarrões frequentes em "forças ocultas"

no a resolver logo o problema do Sulbrasileiro. A greve não saiu, o Sulbrasileiro foi estatizado e o Banco Maisonnave continuou seu calvário. Mais tarde, ele buscou uma associação com o American Express, vetada pelo BC, e por fim tentou montar uma operação de socorro com um grupo de cinco bancos particulares. Seu destino estava sendo decidido no final de semana pelo governo. Estuda-se sua encampação pelo estatal Meridional, que assim mostra que veio para ficar. A estatização, segundo Sarney anunciou na época, seria uma solução provisória, de dois anos, ao fim dos quais seria privatizado.

CORISCOS DE AGITAÇÃO — Como sempre acontece quando há quebras múltiplas de instituições financeiras e ainda mais quando envolvem um grupo do porte do Comind, o mercado fica nervoso — e na semana passada não foi diferente. Instituições e investidores mais temerosos, por exemplo, relutavam em comprar papéis dos bancos Econômico e Bamerindus. Todos os grandes bancos, porém, estavam operando normalmente com qualquer dos dois. É certo, também, que nenhum deles estava utilizando durante a semana passada o redesconto do Banco Central — um sinal de ausência, neles, de problemas de caixa. O Bamerindus, inclusive, surgia no mercado com uma demonstração de força. Separou 80 bilhões de cruzeiros para participar da licitação das agências do Comind e do Auxiliar. Sua proposta: comprar 71 de uma só vez, incorporando-as à rede atual de 908 agências.

O BC estima que esses coriscos de agitação são perfeitamente naturais numa situação assim e que tendem a desaparecer rapidamente do mercado. "Posso assegurar que a situação do mercado está absolutamente tranquila e que não se vê perspectiva de nenhum problema com os bancos", afirmou a VEJA o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, na noite da última sexta-feira. "A idéia de liquidar de uma só vez o Comind, o Auxiliar e o Maisonnave mostrou-se muito eficiente e deixou o mercado realmente saneado." Os problemas agora, segundo ele, estão em Nova York, com os bancos americanos, que não gostaram da idéia do ministro Dilson Funaro de não estender aos empréstimos externos contratados pelo Comind e Auxiliar, no valor de 415 milhões de dólares, o aval da União.

A garantia de pagamento ficou assegurada apenas aos 161 milhões de dólares das operações que os dois bancos movimentavam, através de suas agências em Nova York, no mercado interbancário. Na sex-

ta-feira, o presidente do Federal Reserve Board, o banco central americano, Paul Volcker, ligou de Buenos Aires, onde se encontrava, para Funaro e cobrou esclarecimentos. O ministro da Fazenda ponderou que o risco é de quem empresta, mas admitiu negociar a questão. Funaro perguntou a Volcker: "O governo dos Estados Unidos garante os dólares das reservas brasileiras que estão depositadas em bancos americanos, caso algum deles também venha a quebrar?" Volcker acabou concordando.

Funaro, como Bracher e a maioria dos banqueiros privados, está seguro de que o pior já passou e não há mais problemas. Não é bem assim. Existe em pleno curso um fenômeno que poderia ser chamado de "operação salame", no caso o sistema financeiro. De tempos em tempos, corta-se uma fatia. Na área das empresas de pou-

Desde 1967 existe o Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, criado para atender crises de liquidez nos bancos. Com o tempo, o IOF tornou-se receita orçamentária da União — e os bancos não denunciaram essa subversão de finalidade. Agora, fala-se na criação de um seguro de depósitos. Não se fala quem pagaria esse seguro, mas certamente será o contribuinte.

Os bancos, no meio dessa crise, comportaram-se até agora como os cegos da fábula, que examinavam o elefante e, tocando-lhe a tromba, viam uma cobra e, apalpan-do-lhe a pata, viam um coqueiro. Discutem os detalhes porque não vêem, ou não querem ver, a verdadeira silhueta do bicho. Insistem em proclamar que a crise financeira se deve à inadimplência do setor público, hoje o maior cliente — e o maior caloteiro — dos conglomerados. Esse argumento é inócuo, pois há muito tempo é difi-



Shopping Ibirapuera: sindicância do governo sobre a venda ao grupo Brascan

pança, a partir da quebra da Delfin, em 1983, uma a uma foram cortadas todas as firmas independentes do setor. Esgotado esse processo, começou o fatiamento do setor bancário. O que há de terrível, nesse processo, é que ele não pára e leva a uma crescente concentração — que muitos ousam enxergar como o último degrau antes da estatização total do sistema financeiro.

Nesse processo de permanente acomodação de interesses, são os bancos privados os que mais sofrem. Os estatais nunca quebram, apesar de muitos deles já terem ido várias vezes à bancarrota — um caso exemplar é o do Banco do Estado de Goiás. Os estrangeiros só quebrariam se suas matrizes falissem. Assim, contam sempre com aportes de capital, quando necessário. Os privados, contudo, estão entregues à própria sorte por sua única e exclusiva culpa.

É difícil encontrar alguém que contie nas contas oficiais. Desde o século XV sabe-se que os bancos precisam tomar muito cuidado ao emprestar dinheiro a governos. Naquela época, os bancos de Florença, então a maior praça bancária do mundo, faliram porque financiaram o lado errado na guerra civil inglesa. O governo ao qual os bancos emprestaram a maior parte do dinheiro que hoje choram era do PDS, um partido que agora está menor que o PT. Faliu um regime, faliu um partido e, mesmo sendo necessário impedir que bancos quebrem, é essencial que as dificuldades do sistema financeiro sejam discutidas abertamente, e não nos corredores do Banco Central. Afinal de contas, a banca privada brasileira paga hoje a conta de se ter comportado como parte do Estado, na hora de lucrar, e como parte da sociedade, na hora de reclamar.